

A experiência dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública: Participação e Sociabilidade Violenta¹

Jussara Freire (IBMEC/RJ)²

Resumo: Partindo da descrição *in situ* do Curso de Capacitação dos Conselheiros Comunitários de Segurança Pública (CCS) e no IV Fórum dos CCS, organizados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) em 2007, proponho descrever e interpretar algumas interações entre os conselheiros, os docentes, os monitores e os diversos protagonistas do ISP ao longo destes eventos. Buscarei analisar como estas situações problematizam o tema da “violência urbana”. Dessa forma, a apresentação prévia das seqüências destes encontros permitirá refletir sobre as diversas competências dos sujeitos políticos engajados na problematização da “violência urbana” e da “segurança pública”. Paralelamente, a descrição densa destas interações terá como objetivo apreender as vulnerabilidades de certos atores que participam destes eventos. Mostrarei como certas percepções decorrem da *sociabilidade violenta* (cuja consequência é o silenciamento) e da pluralidade de arenas presentes nestas ocasiões. Em resumo, esta abordagem possibilitará entender as potencialidades de certos conselhos, mas também algumas dificuldades de seus atores administrarem uma grande diversidade de vozes em torno de uma causa comum, uma vez que a pluralidade realça, em alguns contextos e lugares do estado do Rio de Janeiro, a vulnerabilidade do sujeito político. O silenciamento será assim analisado como a alternativa de certos sujeitos políticos, apesar de buscar uma visibilidade no espaço público. **Palavras-chave:** Participação, “violência urbana”, conselhos comunitários.

Introdução

11 de agosto de 2007, no campus 1 da faculdade Hélio Alonso, em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo dia do *curso de capacitação para lideranças comunitárias e integrantes de conselhos comunitários de segurança*³. Antes das oito

¹Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil no Fórum de Pesquisa 09 Políticas Públicas e Antropologia nas áreas de Direitos Humanos, Segurança Pública e Comunidades.

²Possui graduação em Sociologia - Université de Paris X, Nanterre (1998), mestrado em Sociologia - Université de Paris X, Nanterre (1999) e doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é professora adjunta IV da Universidade Federal Fluminense e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia e Antropologia urbanas, atuando principalmente nos seguintes temas: arenas e problemas públicos; movimentos sociais urbanos em territórios & quot; desqualificados & quot;; engajamento político e espaço público no estado do Rio de Janeiro.

³Para uma trajetória institucional dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública e sua criação, Cf. Souza Teixeira (2005), p. 6-7. Criado em 1999 pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro (SSP), os conselhos comunitários foram pensados como eixos de “políticas públicas de segurança” (op. cit. p.6): “há um entendimento mais amplo do conceito de ordem e torna-se possível a existência de outros tipos de mediação, com maior participação popular, para o gerenciamento de seus diversos conflitos” (ibid. idem). Em 2003, a SSP resolveu reativar estes conselhos e o Instituto de Segurança Pública foi solicitado para realizar uma avaliação do funcionamento destes dispositivos. No ano seguinte, o ISP organizou um primeiro Fórum de conselheiros Comunitários para “melhor

horas, os alunos, membros de diversos conselhos comunitários de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, chegaram aos poucos, muitos segurando pastas. Eles se cumprimentavam e conversavam em grupo no pátio da universidade. A entrada dos alunos no pátio da universidade era sistematicamente saudada por aqueles que já tinham chegado. Muitos já se conheciam por terem participado de vários encontros relacionados com o tema da segurança pública ou com as suas respectivas atuações políticas.

Os monitores do curso e os responsáveis pelo curso conferiam os últimos detalhes organizacionais do curso. Alguns circulavam de sala em sala para verificar o equipamento. Outros recebiam os alunos. Estes distribuíam um pequeno livro e um material aos alunos. Outros, ainda, levavam os alunos e professores nas suas respectivas salas de aula. Os cuidados dos organizadores e o entusiasmo de certos alunos confeririam ao evento um ambiente hospitaleiro e de familiaridade (Thévenot, 1994). Às oito horas, os organizadores convidaram os alunos que ainda estavam no pátio a entrar nas salas de aula.

O curso de *capacitação para lideranças comunitárias e integrantes de conselhos comunitários de segurança*⁴ era um laboratório no qual os participantes poderiam explorar e experimentar situações de pluralidade e de publicização constituintes do cotidiano de um conselho comunitário de segurança pública.

O curso de “capacitação” para lideranças comunitárias e integrantes de conselhos comunitários de segurança: considerações prévias

Este curso era um dos bastidores dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CCS). “Bastidores” no sentido deste curso se tornar um espaço no qual os alunos, conselheiros e integrantes de CCS, podem explorar e experimentar o espaço do conselho sob uma nova dimensão. Tratava-se de não somente adquirir um conteúdo

compreender as questões e estruturar políticas para a área” (ibid. p.7). O ISP também acompanhou as reuniões dos conselhos no estado do Rio de Janeiro e organizou o curso descrito neste *paper*.

⁴Para uma trajetória institucional dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública e sua criação, Cf. Souza Teixeira (2005), p. 6-7. Criado em 1999 pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro (SSP), os conselhos comunitários foram pensados como eixos de “políticas públicas de segurança” (op. cit. p.6): “há um entendimento mais amplo do conceito de ordem e torna-se possível a existência de outros tipos de mediação, com maior participação popular, para o gerenciamento de seus diversos conflitos” (ibid. idem). Em 2003, a SSP resolveu reativar estes conselhos e o Instituto de Segurança Pública foi solicitado para realizar uma avaliação do funcionamento destes dispositivos. No ano seguinte, o ISP organizou um primeiro Fórum de conselheiros Comunitários para “melhor compreender as questões e estruturar políticas para a área” (ibid. p.7). O ISP também acompanhou as reuniões dos conselhos no estado do Rio de Janeiro e organizou o curso descrito neste *paper*.

específico, mas, antes, de refletir e de debater entre os integrantes dos CCS e outros atores, professores, profissionais e monitores, sobre certos mecanismos que podem dificultar o engajamento cotidiano destes atores no CCS. Neste sentido, o próprio termo “capacitação” precisa ser levado a sério, pois ele não pressupõe uma busca de “conscientização” ou de aquisição de conteúdos que seriam estranhos aos participantes: capacitar deve ser entendido aqui como uma intenção de desenvolver certas competências políticas para que estas últimas sejam mais *ajustadas* às situações cotidianas e específicas dos CCS. Este termo está, portanto, relacionado com a descoberta ou a ampliação de conhecimento em relação a ferramentas suscetíveis de serem mobilizadas nas situações cotidianas de reuniões dos conselheiros. Ferramentas estas que permitiria uma tomada de voz efetiva nos CCS. Esta era, pelo que eu pude observar, uma expectativa de muitos dos alunos em relação ao curso: como adquirir as ferramentas disponíveis que permitiria uma tomada de voz nesta “dobra” do espaço público que é o CCS? Em outros termos, para muitos alunos e organizadores, este curso era uma situação que apresentaria um quadro geral dos recursos disponíveis, e ajustados a estas situações, que poderiam em seguida ser mobilizados para que os conselheiros pudessem intensificar seus próprios engajamentos nestas arenas e, neste sentido, “elevar suas vozes” (Freire, 2007b) nas reuniões dos CCS.

Porém, dois paradoxos surgem. Primeiramente, no caso do CCS, a pluralidade não é um motivo de entusiasmo, como pode ser o caso do sentimento que ocorre em outras *arenas públicas*⁵ (Gusfield, 1981). Quando o assunto debatido em um coletivo se remete à “Segurança Pública” e à “violência urbana”, a pluralidade de atores nas arenas dos CCS significa um sentimento de medo e simultaneamente uma tomada de voz restringida (por antecipação de um possível recurso à força), o que resulta no silêncio de parte dos sujeitos políticos que frequentam os CCS de alguns dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Pois, esta pluralidade implica uma confrontação com certos atores que são percebidos como sendo os protagonistas do recurso à força desmedida (Brodeur, 2004), particularmente os agentes policiais, que torna árdua a possibilidade de tomada

⁵O objetivo de Gusfield é de entender o processo pelo qual um problema se torna público, isto é, a “ascensão” de um determinado assunto privado para um assunto público. Esta ascensão ocorre durante um processo de apropriação do assunto por um determinado grupo, que forma uma arena pública e que se considera responsável por fazer algo (*doing something*) para resolver este problema e de defini-lo como prioritário no intuito de introduzi-lo em uma agenda pública. Um assunto pode também ser afastado da atenção pública a para não ser tratado publicamente. A ação pública representa, neste quadro, o processo seletivo dos demais assuntos sociais e, ao fazer esta seleção, transforma-se um assunto social em assunto público através da atenção pública.

de voz por todos os conselheiros. Em consequência, e este é o segundo paradoxo, por maior que sejam os incentivos institucionais à participação destes conselheiros, a possibilidade destas arenas definirem um “assunto prioritário” e de inserirem, em seguida, em uma agenda pública é uma operação que pode aparecer como sendo destinada ao fracasso. Em outros termos, estes dois paradoxos apontam para a dificuldade de construir “uma causa comum” e um “acordo comum” a todos os membros dos conselhos comunitários, ponto de partida para definir “um assunto prioritário” a ser inserido na agenda das políticas públicas de segurança. Sobre este ponto, um dos organizadores do curso, que acompanhavam vários conselhos comunitários, comentou a disparidade de assuntos que surgem nos CCS e a dificuldade dos atores chegaram a um consenso em algumas reuniões. Além deste aspecto, ele também descreveu algumas cenas de reuniões de conselhos comunitários e a dispersão das falas dos atores representantes da sociedade civil. Esta dispersão, que percebi também em uma das aulas que ministrei neste curso, pode ser talvez analisada como uma forma de evitar e de ocultar outros assuntos, considerados efetivamente como prioritários na área de segurança público, mas que não podem ser expostos publicamente nas situações dos CCS. A dispersão de falas é assim uma outra expressão do silenciamento de moradores dos “territórios da pobreza” e coloca em prova a passagem do CCS como arena social para o CCS como arena pública⁶. Sem esta passagem, que se deve às implicações do silenciamento de certos atores, a participação de um certo número de atores é comprometida e este tipo de arena poderá dificilmente elaborar um *problema público* (Gusfield, *op. cit.*) e coletivo em um horizonte de publicização.

Participação popular e sociabilidade violenta

Um pouco antes do início deste curso, o Instituto de Segurança Pública (ISP) convidou-me para ministrar a disciplina “Políticas Públicas e Participação Popular” neste curso, durante três sábados do mês de agosto de 2007. Aceitei imediatamente o

⁶Segundo Gusfield, o problema *social* remete-se a uma condição reconhecida como sendo problemática por grupo(s) de uma sociedade, que formam uma arena social. Nesse sentido, o problema *social* não é obrigatoriamente *público* pelo fato de que não se torna necessariamente um assunto que precisará sempre de uma resposta pública (seja ela em termos de formulação de política pública ou de inserção em uma agenda pública visando a sua resolução). Retomando um exemplo de Gusfield, dificuldade de relacionamento entre pais e filhos pode ser considerada como problema social no sentido de que é definido desta forma por certos grupos sociais, mas não é público pelo fato de ele não se resolver em uma esfera pública, e sim, doméstica.

convite. Antes de apresentar a descrição de algumas seqüências desta experiência, parece-me indispensável situar brevemente minha própria trajetória para evidenciar o que me levou a refletir sobre esta experiência e a aceitar tão prontamente este convite.

Descrevi e interpretei, durante minha tese de doutoramento defendida em 2005, o engajamento militante de filiados da Federação de Associação de Moradores de Nova Iguaçu. Neste quadro, o tema da participação foi o eixo analítico central do complexo de problemas que norteou minha pesquisa de campo. Após defender a minha tese de doutorado, fui convidada a atuar como assistente de pesquisa no Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro, pelo Professor Luiz Antônio Machado da Silva e comecei a participar da análise de dados da pesquisa (por ele coordenada) *Rompendo o Cerceamento da Palavra: a Voz dos Favelados em Busca do Reconhecimento*. Neste quadro eu analisei, mais especificamente, as gramáticas políticas de presidentes de associações de moradores e de outros líderes de organizações não governamentais e as formas de evitação de certos assuntos relacionados com a criminalidade violenta (Freire in Machado da Silva, org., 2007). A partir de uma abordagem inspirada da etnometodologia, propus analisar certos significados do silêncio, algumas das conseqüências práticas do medo destes atores e a relação entre este tipo de emoção com os obstáculos que dificultam o acesso ao espaço público.

Diante destas inquietações, o convite do ISP que me foi feito na época anterior ao início do curso apareceu como uma ocasião de compreender algumas das implicações de um novo formato de ação coletiva que problematiza “a violência urbana”. Isso se deve ao fato de que os Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CCS) buscam articular uma diversidade de atores de instituições não governamentais e da “sociedade civil” para problematizar assuntos referentes ao sensível “problema segurança pública”. Dessa forma, a diversidade de atores reunidos em torno deste assunto é muito distinta das lógicas que são pressupostas por outros modelos, como, por exemplo, certos conselhos municipais setoriais. Em outros modelos de conselhos, a participação fundamentada na diversidade implica, para os sujeitos políticos, desenvolver as competências que asseguraram a construção de um acordo comum ou de uma causa comum. Porém, no caso dos CCS como mencionado anteriormente, quando essa diversidade pode ter como significado o sentimento de medo, a possibilidade de todos terem uma “voz”, sem receio da conseqüência desta tomada de voz, pode se encontrar comprometida.

Eu percebia a minha participação neste curso como uma possibilidade de encontrar representantes desses diversos segmentos (associações de moradores, ONGs, policiais, funcionários públicos, etc.) e como uma ocasião de poder desenvolver uma reflexão sobre a relação entre medo e ação coletiva. Por este motivo, eu planejei a minha disciplina de forma pouco tradicional. Ao invés de expor um conteúdo sobre as formas de participação, com receitas e dados históricos (que muitos já conheciam por explorar os mundos da participação há vários anos, por vezes décadas) eu preferi organizar essa disciplina como uma oficina, ou melhor, uma reflexão coletiva sobre as implicações da pluralidade para problematizar esse assunto. Nesse sentido, eu apresentei resultados parciais da pesquisa *“Rompendo o Cerceamento da Palavra: a Voz dos Favelados em Busca do Reconhecimento”* e focalizei minha exposição nas formas de silenciamento de moradores de favelas e, particularmente, daqueles que atuavam em movimentos sociais. Sabendo que o público dos alunos do curso não era exclusivamente composto de representantes de movimentos sociais, a outra parte do curso visava refletir sobre as possibilidades de aproximações entre os diversos atores engajados nos CCS. Em outros termos, a disciplina foi organizada no intuito de promover debates em torno das dificuldades e das modalidades de participação dos diversos segmentos representados dentre os alunos. Essa discussão tinha, por sua vez, como objetivo analisar as possibilidades de aproximações entre atores que, como veremos, desconfiam um dos outros. Ora, o tema da confiança é um pré-requisito dos membros de uma arena pública que se encontra com a finalidade de construir um *bem comum*⁷ (Boltanski e Thévenot, 1991).

Trabalhando há alguns anos sobre o tema da participação popular, a minha atuação de docência no contexto deste curso foi evidentemente entremeada com a posição de observadora. Neste sentido, eu me deparei pessoalmente com um certo incômodo: como juntar o papel de “professora”, de intervenção, com o de observadora? Na minha trajetória pessoal e acadêmica, eu nunca tinha ocupado tão claramente um papel de intervenção como nessa situação. Diante de minha curiosidade de observadora

⁷Boltanski e Thévenot propuseram o conceito de “humanidade comum” e o conseqüente modelo de “Cités” para se referir às formas de coordenação entre pessoas que compartilham uma mesma situação. A “Humanidade comum” é sempre situada e o seu pressuposto é o de equivalência entre os seres, cada *cit*. Assim, cada *cit* se refere a um modelo específico de bem comum, que permite a generalização das operações de críticas. Nestes mundos situados, existe um acordo (também situado) em relação aos princípios do que é justo para seus membros, bem como em reação a a um bem comum visado. Neste momento de disputa, este acordo de relações de equivalência é ameaçado, e as partes conflitantes questionam a relação de grandeza.

em relação a esta situação precisa de sala de aula, o recurso que encontrei foi promover ao máximo o debate e o diálogo entre esses atores plurais. Nesse sentido, eu pensava que diante da sensibilidade dos assuntos tratados nestas aulas, o incentivo à reflexão coletiva sobre os significados da participação em um contexto de *sociabilidade violenta* (Machado da Silva, 2004) seria a única intervenção proveitosa para os alunos que eu poderia fazer nessa disciplina. Além disso, esta abordagem me parecia pertinente, uma vez que as aulas se tornavam grupos de trabalho que permitiriam discutir as percepções sobre “violência urbana” e “participação popular” com atores que iriam, em seguida, problematizar estas categorias no espaço público. Minha aula era assim uma breve situação através da qual buscava promover a abertura da “caixa preta” da “violência urbana” com os participantes. Quando relaciono a “violência urbana” a uma “caixa preta”, refiro-me a esta afirmação de Machado da Silva quando comenta que todos nós sabemos o que é “violência urbana”, que esta categoria de entendimento é indiscutível para o senso comum e também para vários cientistas sociais. Entretanto, o autor também sustenta que:

“Violência urbana” é a categoria coletivamente construída para identificar – e tomar posição a respeito de – um complexo de práticas do qual a força é um princípio de coordenação, responsável por sua articulação e relativa permanência ao longo do tempo” (Machado da Silva, 2007: 13).

Sendo uma representação coletiva, “a violência urbana configura um campo semântico particular – e, na atualidade, decisivo – que, por outro lado, não tem fronteiras definidas; dependendo do contexto, pode incorporar todo tipo de atitudes e condutas que simplesmente “incomodam”, afetando apenas superficialmente a continuidade das rotinas diárias” (Machado da Silva, 2007: 12). Neste sentido, o autor analisa como esta categoria caracteriza uma ordem social, na qual um padrão de sociabilidade (a “sociabilidade violenta”) afeta de forma mais incisiva e permanente o que designa de “territórios da pobreza” das grandes cidades brasileiras. Além disso, Machado da Silva destaca que a “sociabilidade violenta” aponta para “a constituição de uma forma de vida autônoma”, de uma ordem social que fragmenta a vida cotidiana e faz coexistir duas formas de vida “reciprocamente incompatíveis” (2007: 14). De certa forma, com esse recorte analítico, Machado da Silva chama a atenção para a inexistência de um mundo comum (Boltanski e Thévenot, 1991) e para a impossibilidade de viabilizá-lo nas metrópoles brasileiras. Como, nesse contexto, pensar

os CCSs como arenas decisoriais que poderiam configurar a “definição de prioridades” (Gusfield, op. cit) que seriam, em seguida, inseridas na agenda pública?

Situações de sala de aulas: se pronunciar sobre a “violência urbana” e a vulnerabilidade de certos sujeitos políticos

1ª aula:

Na primeira aula que ministrei eu tinha preparado uma apresentação de slides onde eu selecionei falas dos moradores que foram entrevistados no âmbito da pesquisa acima mencionada. Um pouco apreensiva com esta primeira aula, iniciei a aula me apresentando como pesquisadora e professora franco-brasileira. Todos se apresentaram individualmente e percebi que a grande maioria provinha de movimentos sociais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Dois policiais também estavam presentes e sentados nas duas últimas filas da sala de aula.

Em seguida, iniciei a exibição dos slides. Ao longo da exposição desses relatos, quase todos os alunos, particularmente aqueles pertencendo a movimentos sociais, sentados nas primeiras filas, estavam silenciosos, liam com atenção o conteúdo dos slides. Alguns chegavam a anotar o conteúdo desses slides. Na penúltima fila, um dos policiais dormia. E outro, atrás dele, olhava o teto da sala de aula, manifestando uma expressão de tédio.

Após apresentar estes relatos, iniciou-se a discussão. Alguns comentaram, brevemente, experiências semelhantes às aquelas apresentadas nos slides introduzindo freqüentemente seus relatos com “na minha comunidade”. Em geral, estas intervenções descreviam, de forma contida, eventos violentos “na comunidade” ou mobilizações políticas, por vezes, não muito focalizadas no tema que era discutido. Outros trocavam olhares em silêncio. Diante da percepção de um ligeiro incômodo generalizado, eu apresentei ao público parte da entrevista de um presidente de associação de moradores da pesquisa “*Rompendo o Cerceamento da Palavra: a Voz dos Favelados em Busca do Reconhecimento*”. Eu analisei a maneira segundo a qual o discurso deste líder problematizava “a favela” a partir de temas que pareciam constantemente evitar o tema da “violência urbana” (Freire, In Machado da Silva, 2008). Associei, em seguida, esta “evitação” com a dificuldade de tomada de voz em um contexto marcado pelo “recurso desmedido à força” (Brodeur, op. cit.) nos territórios da pobreza. Muitos dos participantes aquiesceram, concordando com minha análise. Um soltou uma exclamação e explicou vagamente a dificuldade de tomar voz no âmbito do CCS. Outro deixou

sugerir as implicações de tomada voz e o medo dos participantes de se exporem nessas situações diante do recurso à força do tráfico de drogas. Um outro ainda contou que quando fez uma denuncia no CCS foi ameaçado por um policial para se manter calado. Uma mulher, que não atuava em um CCS da RMRJ, destacou as singularidades dos diferentes CCS do estado do Rio de Janeiro. Durante essa discussão, um dos dois policiais manifestava, de forma crescente, uma expressão facial de constrangimento. O outro policial acordou e saiu da sala de aula, voltando um pouco antes do término da aula. Os demais participantes comentaram, em seguida, os obstáculos da ação coletiva em certos locais da cidade do Rio de Janeiro. Alguns chegaram a apresentar os projetos e as ONGs nas quais estavam atuando como uma alternativa para contornar essas dificuldades. Em todos os casos, por mais que os alunos participassem dessa discussão, percebi que muitos dos participantes tinham um certo cuidado em falar publicamente. Continham suas falas. Outros tomaram a palavra para descrever “os grandes problemas da comunidade”. Frequentemente, “os grandes problemas” eram apresentados da mesma forma e se deviam a “problemas de educação”. Após a aula, um aluno me explicou que, diante da presença dos policiais na aula, ele ficou com receio de participar da discussão.

Em outra aula que ministrei neste curso, esta situação foi muito semelhante àquela acima descrita. Da mesma forma, os alunos analisaram os “grandes problemas das favelas” sob o ângulo de carências educacionais de determinados moradores de favelas e, particularmente, aqueles mais jovens. Nesta aula, muitos moradores eram coordenadores de projetos de ONGs e associaram a resolução “do problema das favelas” com estas iniciativas locais. Os “projetos sociais” destas favelas eram apontados como resoluções práticas e concretas diante do crime violento. Em um caso, uma representante de uma ONG também descreveu seu engajamento religioso e a educação religiosa que deu aos seus filhos como fator que teria protegido a entrada dos mesmos no crime violento. Entretanto, como nesta primeira aula, pouco foi discutido a relação com o impacto do recurso à força para moradores de favelas. Um policial estava presente nesta outra aula e destacou também a “necessidade de educar estes jovens” para evitar “de virar bandidos”.

Nesta cena e na outra aula mencionada brevemente, três aspectos chamaram minha atenção: de um lado, o perceptível constrangimento generalizado diante dos relatos que expus em sala de aula. Por outro lado, a dificuldade de tomar voz neste

espaço por parte de certos moradores de favelas e a relativa ocultação de assuntos relacionados com o recurso à força nos territórios da pobreza (muitos destes participantes eram moradores de favelas e alguns de municípios da Baixada Fluminense), preferindo debater sobre outros assuntos, que não estavam muito focalizados no conteúdo dos slides ou na discussão sobre as formas de participação em CCS. Por fim, e talvez o mais importante, eram os gestos, as mímicas e as condutas dos dois policiais, que traduziam um profundo “desengajamento” destes atores nesta situação. Sobre este ponto, na outra aula brevemente mencionada no final desta descrição, o agente policial era mais participativo, mas suas intervenções iam no sentido de uma legitimação do recurso à força, uma vez que a entrada no crime implicasse, nas entrelinhas, uma exposição aos riscos decorrentes das conseqüências da entrada na carreira criminosa. Ainda que a fala deste ator possa se aparentar com aquelas dos moradores desta outra aula, descrita no final, percebe-se uma implicação muito diferente da ocultação do assunto quando é formulado por representantes de movimentos sociais de favelas em relação aos policiais. No caso do policial, mesmo este tipo de intervenção traduz um “desengajamento” do coletivo político enquanto que para moradores de favelas, esta percepção decorre do silenciamento das vozes dos moradores de favelas (Machado da Silva, 2007). Nestes casos, o “desengajamento” dos policiais pressupõe uma ausência de reconhecimento, um distanciamento, das experiências vivenciadas pelos outros atores que compartilham esta situação. Este distanciamento, por sua vez, exclui a possibilidade de estabelecer equivalências cognitivas entre as falas dos participantes destas aulas e de tratar estas experiências simetricamente.

2ª aula:

Na semana seguinte, ministrei minha segunda aula, para uma outra turma. Quando cheguei à faculdade, um monitor comentou comigo que a composição singular desta turma: moradores “muito pobres” e “muito ricos” de um mesmo bairro da cidade do Rio de Janeiro. Ele acrescentou, rindo, que eu ia perceber claramente a divisão social na própria sala de aula: “é luta de classes mesmo!”.

De fato, quando entrei na sala de aula, me surpreendi com a disposição dos alunos. De um lado, estavam sentados representantes de associações de moradores e de organizações não governamentais das áreas ricas deste bairro. E do outro lado, aqueles de favelas do mesmo bairro. Novamente, na última fila, estavam sentados policiais (da

polícia civil e da polícia militar). Os representantes das áreas ricas estavam vestidos de forma muito diferente de que àqueles de favelas, detalhe que reforçava a distinção social entre estes dois grupos. A apresentação de si das mulheres moradores das áreas ricas tinha sido visivelmente planejadas, o que era perceptível através do modo delas estarem vestidas (roupas de seda, vestidos floridos e outras roupas de marca, bolsas com detalhes brilhosos, scarpins, óculos escuros e de vista Chanel). Quando iniciei minha apresentação, eu mencionei que era francesa. Dois representantes dos movimentos sociais da área rica, mulheres e homens de cerca de sessenta anos, comentaram de forma entusiasta minha naturalidade e um declarou: “eu adoro sua terra! Eu já fui lá várias vezes”. Eles me perguntaram onde nasci e morei (em Paris) e demonstraram contentamento diante de minha resposta.

Eu iniciei a roda de apresentações e aquela da policial civil chamou a atenção dos outros participantes. Ao se apresentar, ela insistiu no fato de que estava fazendo este curso para poder refletir sobre a violência policial e de poder se aproximar dos outros atores do CCS. Diferentemente da cena anterior, esta policial estava bastante prestativa e suas intervenções no curso, desde o início, ou criticavam a violência policial, ou demonstravam uma vontade de se aproximar dos integrantes do CCS onde atuava.

Novamente, iniciei a exposição de slides de forma muito semelhante à semana anterior. Os representantes de movimentos de favelas liam os relatos em silêncio. Aqueles da “área nobre” soltavam exclamações em voz alta. Um deixou escapar uma interjeição: “Nossa! Que coisa!”. Uma policial sentada na última fila estava particularmente atenta ao conteúdo do slide.

Um dos últimos relatos do slide descrevia uma experiência de violência e o desamparo de um morador de favela. Quando iniciou o debate, os representantes da área rica do bairro comentaram: “nós também passamos por isso. Quando uma conhecida foi comprar pão ela foi assaltada”. Outra afirmou: “Nós temos problemas e “eles” têm outros”. Em seguida, eles descreveram os problemas que enfrentavam cotidianamente no bairro. Alguns estabeleciam uma equivalência de suas vivências em relação àquelas de moradores de favelas. Outros buscavam demonstrar que eles passavam também por experiências diferentes, mas igualmente sofredoras, estabelecendo uma equivalência em relação àquelas apresentadas nos slides. Durante cerca de 30 minutos, eles apontaram para os seus próprios sentimentos de insegurança e narraram várias situações de assaltos e de agressões de moradores das áreas ricas. Outros descreveram tensões decorrentes da

proximidade entre as áreas ricas e as áreas pobres do bairro. Uma mulher, em particular, acrescentou à descrição do sentimento de insegurança o fato de que muitos moradores de favelas “sujavam” o bairro e jogavam lixo em qualquer lugar, o que era um “problema sério do bairro”.

Enquanto essas personagens descreviam seus problemas, as pessoas sentadas do outro lado da sala ouviam em silêncio, mas com expressões faciais que denotavam um engajamento de si intenso nesta situação. Porém, diante do número de falas do outro segmento social que visava demonstrar o sofrimento de segmentos de camadas médias e da fala de um dele que afirmou “nós também sofremos *com a* violência”, o debate tornou-se insuportável para uma moradora de uma favela deste bairro. Como se fosse despertado pela distinção entre o sofrimento “com a violência” e o “sofrimento da violência”, esta moradora de favela tomou a palavra e se indignou diante destas falas: “Infelizmente, as pessoas só pensam no seu umbigo”. De voz alta e tremida, ela lembrou que as áreas pobres também pertenciam ao bairro. Ela denunciou o fato de que os representantes de associações de moradores das áreas ricas nunca buscaram encontrar aqueles das áreas pobres para elaborar uma reivindicação comum. Continuou denunciando, dessa vez quase gritando, o fato de que “as associações dos ricos” nunca consideraram que as favelas do bairro pertenciam ao bairro. Após essa fala, os outros representantes das associações de moradores de favelas reforçaram a mesma posição. Todos começaram a gritar e a manifestar suas indignações em relação às posições apresentadas pelos moradores das áreas ricas. A policial tomou também a palavra se colocando nitidamente ao lado das falas dos moradores de favelas. Ela descreveu sua experiência do sistema carcerário e se indignou diante com o tratamento dado aos presos, jovens moradores *dos territórios da pobreza*. Concluiu: “eles são iguais a mim”. Outro morador de favela lembrou, reforçando o “lembrete” de relações de equivalência entre as pessoas que compartilhavam esta situação: “Nós pagamos impostos iguais a eles”. Na mesma direção, outro morador lembrou ainda: “Eu quero que minha rua seja asfaltada porque é meu direito, direito da minha comunidade”.

Eu, pessoalmente, não tinha mais nenhum controle sobre a situação e já tinha abandonado há um tempo o meu papel de professora para cumprir aquele de observadora. Lembrei do comentário da monitora referente à “luta de classes”. Mais especificamente, essa situação parecia uma luta entre porta-vozes dos territórios do

bairro cujas vozes não têm o mesmo acesso ao espaço público. Diante desta situação instigante, eu anotava freneticamente as falas de todos os participantes.

Após cerca de uma hora de esclarecimentos e de conflitos, surpreendentemente, a situação se pacificou. Os moradores da área rica ficaram consternados diante da narração de experiências de moradores de favelas. Aos poucos, reconheceram as diferenças de vivências: “a realidade de vida é diferente da minha”. Outra participante propôs uma aproximação entre todos representantes destes movimentos: “precisamos nos unir e tentar fazer alguma coisa juntos”. Imediatamente, esta mulher saiu da sala de aula e voltou minutos depois com uma folha A4 na qual tinha elaborado uma tabela desenhada no programa Word, em algum local da faculdade: “gente, preencham seus dados como telefones e nomes das associações, vamos marcar uma reunião na semana que vem para montar uma proposta em conjunto que será incorporada nas discussões do conselho comunitário”. Todos preencheram a tabela. O tempo de aula já tinha terminado há alguns minutos e os monitores convidaram a todos para almoçar no restaurante ao lado da faculdade. Os alunos saíram juntos, em grupos “mistos”, conversando entre eles sem a separação que caracterizava o início da situação de aula. Apenas ficou na sala a policial, me esperando para falar comigo. Ela confirmou a sua posição anterior e denunciou a truculência da ação policial. Em seguida, afirmou: “sabe, nos vamos neste tipo de reunião sabendo que vamos apanhar”.

A cena acima descrita é composta de seqüências distintas: O silenciamento dos moradores caracteriza inicial e pontualmente esta situação. Na segunda seqüência, no momento das apresentações dos participantes, os representantes das camadas médias operam uma aproximação espontânea comigo como se esta situação de publicização caracterizada por uma relação de equivalência entre apenas alguns atores desta situação fosse naturalizada. Como se a coordenação entre todos os atores esta situação, entre aquele que podem ter voz e aqueles que não podem, fosse evidente. Além disso, ainda nesta seqüência, a agente policial toma uma posição diante dos atos de violência policial, o que permite anunciar uma alteração nas equivalências preestabelecidas entre esta pessoa e os demais participantes, particularmente, os moradores de favelas. Assim, o posicionamento desta policial abre uma brecha e, de forma tênue, um horizonte de confiança mútua pelo fato de estabelecer uma simetria entre todos os atores da situação. A terceira seqüência corresponde à minha própria exposição, que se focaliza o impacto do recurso à força para moradores de favelas do Rio de Janeiro e, por isto, estas

experiências podem ser reconhecidas pelos outros participantes, também moradores de favelas, e estabelecer novas equivalências em relação a todos participantes desta situação. A brecha se abre mais ainda na terceira seqüência, quando os moradores de camadas médias descrevem os seus sentimentos de insegurança, percepções totalmente desajustadas com o “bem comum visado”⁸ desta situação, já apontado por vários participantes da situação. Diante “da insuportabilidade” destas percepções e dos sinais emitidos na segunda seqüência, a tomada de voz se torna possível pelo fato de que as relações de equivalências entre as pessoas presentes nesta situação foram publicamente reconhecidas. Sendo assim, na quarta seqüência, a quebra com o silêncio e a explicitação e a causa do sentimento de indignação aparece como uma saída possível em uma situação onde são reconhecidas as equivalências entre todos os participantes desta situação. E, por fim, na quinta seqüência, o que está sendo colocado em prova se torna uma disputa de forma horizontal (isto é, simétrica), no sentido de que todos são reconhecidos e se reconhecem como equivalentes nesta situação. Aqueles que tinham inicialmente “mais vozes” passam a poder ouvir aqueles que, nesta mesma seqüência, ainda não tinham voz. A ruptura que vinha se preparando desde a segunda seqüência é deflagrada na terceira, e altera a ordem social das seguintes seqüências desta situação. A alteração da ordem permite então um questionamento da situação, uma disputa entre os atores no tocante às prioridades definidas e debatidas por parte do grupo. Este questionamento, por sua vez, se desencadeia em uma última seqüência: a possibilidade de chegar a um acordo *comum* em relação ao “bem *comum* visado”.

Considerações finais

A muito resumida descrição de seqüências de algumas das aulas que ministrei na ocasião do curso de capacitação dos conselhos comunitários de segurança pública aponta para dois tipos de situações possíveis e distintas no que tange às possibilidades de participação no âmbito deste dispositivo. Uma que trava inerentemente a participação de certas vozes no espaço público. Outra que oferece um quadro de ruptura do silenciamento da palavra de moradores de favelas do Rio de Janeiro. Ainda que represente uma exceção, esta situação é particularmente rica por apontar uma ruptura do silenciamento viabilizada pela alteração da ordem social que rege a situação, isto é, pela progressiva relação de equivalência entre estas pessoas que se constrói no decorrer das

⁸Cf. anotação de rodapé 6.

suas seqüências. Ou melhor: a relação de equivalência se elabora na trama da situação e, por sua vez, o fio desta trama se tece a partir das relações de cooperações (e consequentemente, de equivalência) que os participantes assinalam paulatina e crescentemente.

Dessa forma, na primeira situação descrita, é comprometida a possibilidade de estabelecer um diálogo entre os diversos atores presentes nessa sala de aula. Com efeito, as reticências em falar de determinados assuntos ou os sinais de ocultação de certos assuntos evidenciam a importância do ambiente no qual os atores movem suas falas e ações. Nesse sentido, a questão da desconfiança aparece como um aspecto central que ordena as interações nessa situação. Questão realçada pela conduta dos policiais (dormindo) e pela ausência de posicionamento desses, formas de “desengajamentos”, diante do que foi colocado pelos demais participantes (todos tinham conhecimento que, dentre os alunos, havia policiais). Neste sentido, pode-se perceber a importância dos sinais que são emitidos por estes agentes nas situações de pluralidade. Se a própria presença dos mesmos pode indicar um potencial de risco para os sujeitos políticos mais vulneráveis (no sentido de Goffman, 1991), que trava a tomada de voz, este tipo de conduta consolida o sentimento de medo e de ocultação de assuntos que aparecem como sendo impossíveis de expressar e, menos ainda, de debater diante destes atores.

Acrescentando a este aspecto o comentário feito por um dos presidentes de associação de moradores em relação à polícia, o ambiente oferecido por esta situação torna particularmente árdua a possibilidade de dar uma mesma voz a todos os protagonistas. Pois, o conjunto destes detalhes aponta para a inexistência de equivalência entre os seres desta situação, ou melhor, da exclusão sistemática de alguns dentre eles de uma “comum humanidade”. Quando me referia, no início deste *paper*, à idéia de silenciamento, eu queria precisamente caracterizar um conjunto de situações possíveis nas quais a tomada de voz é uma ação extremamente dificultada por causa da operação moral que consiste na *antecipação* do recurso à força. Por este motivo, a primeira situação apresentada oferece um material importante para pensar as condições de possibilidade da participação popular no que tange a definição e a construção de políticas públicas de segurança. Além disso, pôde se perceber que muitos dos atores passaram a relacionar “os grandes problemas da comunidade” associando-os com “problemas de educação”. Esta associação foi analisada como uma evitação, um recurso possível e freqüente para lidar com situações políticas em um contexto de sociabilidade

violenta (Freire In Machado da Silva, 2007), e particularmente com aquelas que são caracterizadas por este tipo de pluralidade.

Em consequência, esta última situação pode ser pensada como uma amostra de outras, que caracteriza o cotidiano de certos conselhos comunitários. Quando ordenada pelas gramáticas da *sociabilidade violenta* (a principal sendo o silenciamento), as situações de participação e de definição de prioridades do campo da segurança pública, pelo menos para certos atores, se depara com a consequência da pluralidade que caracteriza estes novos instrumentos: o enfrentamento (simbólico) com agentes identificados com o sentimento de medo. A situação em análise demonstra que se não há tomada de posição dos agentes policiais e se a sua voz não segue a direção dos outros participantes, a situação arrisca repetir a gramática de sociabilidade violenta, impossibilitando uma aproximação de todos os atores envolvidos nos conselhos de segurança pública. Neste caso, o conselho não cria um ambiente *de familiaridade* (Thévenot, 1994), como era o caso da situação prévia a este curso, descrita na introdução deste trabalho, quando alguns atores, de movimentos sociais *dos territórios da pobreza*, se encontram entre semelhantes antes do início das aulas. Muitas vezes, o conselho não oferece a possibilidade de tecer uma relação familiar e, por consequência, de aproximação entre os diversos atores, semelhantes e diferentes. A única coordenação entre estes atores se opera em torno das gramáticas da sociabilidade violenta (medo, ameaça do recurso à força).

A segunda situação descrita se contrapõe quase ponto por ponto em relação à primeira. A pluralidade de atores possibilitou ao conflito terminar num acordo. A negociação prévia ao acordo apenas foi possível pelo fato de que todos os atores discordaram e, em seguida, cooperaram no sentido de construir um bem comum. O debate, a discordância, o diálogo, o reconhecimento do outro e o conflito, princípios inerentes à pluralidade eram os pré-requisitos desta situação. Do policial ao morador rico, passando pelo morador pobre, o conflito, fenômeno natural, permitiu criar, ao longo da exploração da situação, um ambiente de um “outro generalizado” (Mead, 1967) - condição imprescindível para a construção de um bem comum e para lidar com a participação da pluralidade de atores nos CCS, como nas outras “dobras” (Deleuze, 1988) do espaço público.

Referências bibliográficas

BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. 1991. *De la justification. Les économies de grandeur*. Paris: Gallimard.

BRODEUR, Jean-Paul. 2004. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. *Caderno CRH*, Salvador, vol. XVII, n 42, p. 481-489.

CEFAÏ, Daniel. 1996. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques. *Revue Réseaux*, Paris, n 75.

DELEUZE, Gilles. 1988. *Le pli : Leibniz et le baroque*. Paris: Minuit.

FREIRE, Jussara. 2005. Sentos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu. Doutorado em Sociologia, IUPERJ (tese), mimeo.

FREIRE, Jussara. 2007. Elevar a voz em uma ordem violenta: a indignação colocada à prova pelo silêncio. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (org.) Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento. Relatório de pesquisa FAPERJ, (mimeo).

GARFINKEL, Harold. 1967. *Studies in ethnomethodology*. Nova Jersey: Englewood Cliffs/ Prentice Hall.

GOFFMAN, Erving. 1991. *Les cadres de l'expérience*. Paris: Ed. de Minuit.

GEERTZ, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.

GUSFIELD, Joseph R. 1981. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: The University of Chicago Press.

LEITE, Márcia Pereira e MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. 2007. Human Rights, Poverty and Violence in the favelas of Rio de Janeiro. Document for the International Restitution Meeting, Small Grants Program for Research on Poverty and Human Right/Unesco, Lisboa, mimeo.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. 1993. Violência urbana: representação de uma ordem social. In: NASCIMENTO, Elimar e BARREIRA, Irllys. (orgs.) Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem. Rio de Janeiro: Notrya.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. 2004. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: MACHADO DA SILVA, L. A. *et alli*. *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (org.) 2007. Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento. Relatório de pesquisa FAPERJ, mimeo.

MEAD, George. 1967. *Mind, Self, and Society*. Chicago: University of Chicago Press.

SOUZA TEIXEIRA, Paulo Augusto. 2005. “Os Conselhos e Cafés Comunitários de Segurança Pública/RJ no Contexto Democrático” In VI RAM - *Reunião de Antropologia do Mercosul*, Montevideo, novembro de 2005. Trabalho disponível no site http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/Artigo2005003.pdf consultado em abril de 2008.

THEVENOT, Laurent. 1994. Le régime de familiarité; des choses en personnes. *Genèses*, n°17, septembre, p.72-101. (1999) Faire entendre une voix. Régimes d'engagement dans les mouvements sociaux. *Mouvements*, n3, mars-avril, p.73-82.